

Moreira/Ariz



Tião Viana (C) preside a reunião da CPI, ao lado de Demostenes (E) e Casagrande

Jobim deve explicar à CPI ações para enfrentar apagão aéreo

A CPI do Apagão Aéreo aprovou convite ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, para falar sobre as ações relacionadas à crise no setor. Também foram acolhidos requerimentos de novas audiências com autoridades e representantes de companhias aéreas, assim como pedidos de quebra dos sigilos

bancário, telefônico e fiscal de empresários e de funcionários da Infraero. Para hoje, a partir das 14h, estão previstos depoimentos dos presidentes da Anac, Milton Zuanazzi; da TAM, Marco Antônio Bologna; e da Infraero, brigadeiro José Carlos Pereira, além do brigadeiro Jorge Kersul Filho. **Página 3**

Sessão é suspensa em homenagem a ACM

Os senadores fizeram um minuto de silêncio em homenagem a Antonio Carlos Magalhães, morto em 20 de julho. Em seguida, suspen-

deram a sessão para reverenciar, além de Antonio Carlos, os deputados Júlio Redecker e Nélio Dias, também falecidos. **Página 2**

Gerakby/Agêta



Iniciadas ontem, homenagens a Antonio Carlos devem prosseguir na quarta-feira

Plenário tenta hoje desobstruir a pauta

Criação do Instituto Chico Mendes, abertura de créditos extraordinários e indenização a produtor têm preferência sobre mudanças no Supersimples

O Plenário do Senado terá de votar duas medidas provisórias e três projetos de lei de conversão antes de examinar, em caráter de urgência, proposta que altera o Supersimples. A criação do Instituto Chico Mendes – encarregado de cuidar das unidades de preservação ambiental – é prevista no primeiro projeto da pauta. A idéia enfrenta polêmica porque o novo instituto assume parte das atribuições hoje exercidas pelo Ibama. **Página 2**



Renan (à dir., ao lado de Papaléo Paes) pretende votar hoje alterações no Supersimples

Gerakby/Agêta

Conselho quer ouvir Renan, que se diz pronto a depor

É “ponto pacífico” a oitava do presidente do Senado, Renan Calheiros, pelo Conselho de Ética, conforme anunciou ontem o senador Almeida Lima. Ele participou de reunião com o presidente do colegiado, Leomar Quintanilha, e outros relatores do processo contra Renan – que se disse disposto a comparecer ao conselho. **Página 4**



Quintanilha (E) coordena reunião com Almeida Lima, Renato Casagrande e Marisa Serrano (D)

José Cruz



A prioridade após a desobstrução da pauta do Plenário – trancada por cinco MPs, entre elas a que divide o Ibama – é o projeto que modifica o Simples Nacional

Votação do Supersimples depende da análise de MPs

A sessão deliberativa extraordinária marcada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para a manhã de hoje terá a mesma pauta prevista para ontem, quando a sessão foi suspensa em homenagem ao senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) e aos deputados federais Júlio Redecker (PSDB-RS) e Nélio Dias (PP-RN), falecidos durante o recesso parlamentar.

Duas medidas provisórias (MPs) e três projetos de lei de conversão (PLVs) têm preferên-

cia na votação e nenhuma outra matéria pode ser deliberada antes delas. Renan afirmou que espera também votar o projeto de lei complementar (PLC 43/07) que altera dispositivos da lei do Supersimples.

O parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), redigido por Adelmir Santana (DEM-DF) e favorável à aprovação da proposta, tem pedido de urgência e pode ser votado, caso a pauta seja desobstruída.

Encabeça a pauta o PLV 19/07,

originado de modificações feitas pela Câmara dos Deputados na MP 366/07. A medida cria o Instituto Chico Mendes, que assume parte das atribuições hoje exercidas pelo Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Em segundo lugar vem o PLV 20/07, derivado da MP 367/07, que abre crédito extraordinário, em favor dos ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor de R\$ 415,57 milhões. A MP 368 determina o repasse de R\$ 975

milhões a estados e municípios, decorrente da isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) de produtos destinados à exportação.

A MP 370/07 abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de R\$ 25 milhões, para aplicação em ações de combate à febre aftosa em Mato Grosso do Sul. E o PLV 18/07, proveniente da MP 371/07, permite que a União assumira integral-

mente a indenização de animais abatidos, por medida de combate à febre aftosa, em propriedades localizadas até 150 quilômetros das fronteiras.

Renan citou também como prioridade para aprovação da Casa, no segundo semestre, a proposta de emenda à Constituição que trata da renegociação de precatórios, a PEC 12/06. Essa matéria aguarda ainda a realização de audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de ser votada.

Sessão é suspensa em homenagem a ACM, Redecker e Nélio Dias

O presidente do Senado, Renan Calheiros, apresentou ontem requerimento, juntamente com vários outros senadores, de voto de profundo pesar pela morte de Antonio Carlos Magalhães e dos deputados Júlio Redecker e Nélio Dias. Em seguida, ele suspendeu a sessão e convocou sessão extraordinária para hoje às 10h.

Renan propôs ainda uma homenagem a Antonio Carlos a ser realizada na sessão da próxima quarta-feira, às 14h. O presidente da Casa pediu um minuto de silêncio em homenagem ao senador baiano, morto no dia 20 de julho, em São Paulo. Estava presente à sessão o neto do senador, deputado ACM Neto.

Papaléo Paes (PSDB-AP), suplente do 1º secretário, senador Efraim Morais (DEM-PB), leu o requerimento e fez um breve histórico da vida pública de Antonio Carlos. Ele lembrou que ACM formou-se em Medicina pela Universidade Federal da Bahia,



Renan apresenta voto de pesar pela morte de ACM, Redecker e Nélio Dias e suspende a sessão

iniciou sua atuação na política como deputado estadual, foi prefeito de Salvador, governador da Bahia e ministro de Estado das Comunicações no governo do presidente José Sarney.

No Senado, integrou diversas comissões permanentes, tendo presidido a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), além de ter atuado em CPIs e participado de diversas reuniões

interparlamentares em países como Estados Unidos, Portugal, Holanda, Alemanha e Itália. Antonio Carlos também presidiu a Eletrobrás, a Itaipu Binacional e a Fundação Baiana para Estudos Econômicos e Sociais.

– Seu currículo iguala-se em riqueza, coerência e relevância ao de outros grandes nomes da história brasileira e supera-os pela experiência terrível que

poucos tiveram da perda prematura dos filhos Ana Lúcia e Luiz Eduardo – disse Papaléo.

Voto de pesar

Diversos parlamentares, entre os quais o vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), César Borges (DEM-BA), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Papaléo Paes, Aloizio Mercadante (PT-SP), Romeu Tuma (DEM-SP), Augusto Botelho (PT-RR), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Gerson Camata (PMDB-ES) e Demostenes Torres (DEM-GO) associaram-se ao voto de pesar requerido pelo presidente Renan Calheiros.

Votos de condolências pela morte do senador Antonio Carlos Magalhães serão enviados à família, à Assembléia Legislativa da Bahia e à Prefeitura de Salvador. Também serão enviados votos pela morte dos deputados Júlio Redecker e Nélio Dias às famílias, assembleias legislativas dos respectivos estados e à Câmara dos Deputados.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário analisa criação do Instituto Chico Mendes

Às 10h, o Plenário inicia seus trabalhos com pauta trancada por três projetos de lei de conversão e duas medidas provisórias. O primeiro item (PLV 19/07) trata da criação do Instituto Chico Mendes.

CRE discute regras para assistência judiciária

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) analisa 13 itens. O primeiro (PLS 326/07) propõe a regulamentação da assistência judiciária internacional nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos e estabelece ainda mecanismos de prevenção à lavagem de dinheiro.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelo senador Renan Calheiros



Projeto de Cícero Lucena está tramitando na Comissão de Ciência e Tecnologia

Sessões ao vivo no horário da Voz do Brasil?

Tramita na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) projeto do senador Cícero Lucena (PSDB-PB) que altera o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117/62) com a finalidade de autorizar a Rádio Senado a continuar transmitindo ao vivo as sessões plenárias e as reuniões das comissões do Senado, mesmo com o início do programa *Voz do Brasil*, cuja veiculação é obrigatória pela atual legislação.

A proposta (PLS 353/07) determina que a *Voz do Brasil* será veiculada após o encerramento das sessões do Senado, quando for o caso. Na justificativa, Cícero Lucena afirma que, ao transmitir ao vivo as sessões plenárias e as reuniões das comissões, a Rádio Senado preenche “uma das lacunas criadas pelo modelo brasileiro de radiodifusão, excessivamente dependente da iniciativa privada”.

Na opinião do senador, por se tratar de serviço público, o sistema nacional de radiodifusão não poderia deixar de transmitir, ao vivo e com o maior alcance possível, os debates legislativos e as decisões que afetam a vida de todos os cidadãos.

Cícero Lucena lembrou que a *Voz do Brasil* foi criada com o objetivo de levar ao conhecimento da sociedade brasileira as opiniões manifestadas por seus representantes e as ações e decisões dos Poderes da República.

– Portanto, não se justifica que a transmissão das sessões do Senado seja suspensa para dar lugar a um programa de finalidade e conteúdo semelhantes, mais ainda quando se considera que essa difusão goza da transparência inerente às transmissões feitas ao vivo – argumentou o parlamentar.

Novo ministro da Defesa fará relato a senadores sobre ações emergenciais e de médio e longo prazo com vistas a solucionar crise na aviação civil

CPI do Apagão Aéreo deve ouvir Nelson Jobim na quarta-feira

O novo ministro da Defesa, Nelson Jobim, será ouvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo na próxima quarta-feira, às 10h. De acordo com o presidente do colegiado, senador Tião Viana (PT-AC), autor do requerimento de convite a Jobim aprovado na reunião de ontem da comissão, o ministro deverá apresentar aos senadores as ações emergenciais e de médio e longo prazo que estão sendo implementadas pelo governo visando à solução da crise do setor aéreo.

A CPI acatou ainda vários outros requerimentos. Um, de Tião Viana, solicita às companhias aéreas TAM, Gol e Varig informações sobre a escala de trabalho dos tripulantes de suas aeronaves nos últimos 90 dias.

Por solicitação do relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO), foi autorizada a transferência, para a comissão, do sigilo bancário, telefônico e fiscal de empregados da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e de pessoas ligadas a empresas que realizaram transações comerciais com a estatal. Foram aprovadas também

propostas de Demostenes para oitivas de procuradores da República responsáveis pela condução de processos de crimes de desvio de recursos públicos verificados em obras administradas pela Infraero.

Acidente da TAM

Visando investigar as causas do acidente envolvendo o Airbus da TAM, voo 3054, ocorrido em 17 de julho no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, foram aprovados pela CPI, na reunião

de ontem, vários requerimentos do relator. Neles são propostas oitivas de membros de companhias aéreas – entre empresários e pilotos –, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), da Infraero, de militares da Aeronáutica e de terceiros, como, por exemplo, o representante da Airbus no Brasil e o presidente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT).

Em entrevista à imprensa, Demostenes Torres informou ainda, após o término da reunião, sobre pedido de realização de perícias nas caixas-pretas do Airbus da TAM, que permitam a compreensão de gráficos até o momento somente entendidos por técnicos de aviação.

Na tarde de hoje, a partir das 14h, a comissão parlamentar de inquérito reúne-se novamente para ouvir o presidente da Anac, Milton Sérgio Zuanazzi; o presidente da TAM, Marco Antônio Bologna; o presidente da Infraero, tenente-brigadeiro-do-ar José Carlos Pereira; e o brigadeiro-do-ar Jorge Kersul Filho. O tema principal da reunião será o acidente com o avião da TAM.



Entre Demostenes (E) e Casagrande, Viana preside reunião



Osmar Dias sugere penas duras para manipulação de pesquisa eleitoral

Osmar quer punir instituto que lesar candidato

Está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo, projeto de lei que fixa normas sobre as eleições e estabelece penas a dirigentes de institutos de pesquisa que, por dolo (intencionalmente), divulgarem informações prejudiciais a candidato. A proposta, de autoria de Osmar Dias (PDT-PR), altera a Lei 9.504/97.

Pela proposta (PLS 157/07), o proprietário ou responsável por instituto de pesquisa que afetar, de forma dolosa, o processo eleitoral ao divulgar, nos dez dias anteriores ao pleito, pesquisa com percentuais fora da margem de erro anunciada estará sujeito a pena de prisão de dois a quatro anos e multa no valor de R\$ 150 mil a R\$ 250 mil. O projeto define ainda que, em caso de reincidência, a empresa fica proibida de divulgar pesquisa na circunscrição da eleição por período de quatro anos.

Osmar Dias propõe também um critério objetivo para a definição do que seja dolo – os números divulgados não podem estar equivocados acima da margem de erro anunciada pela própria instituição, ao registrar a pesquisa junto ao tribunal competente.

O senador do Paraná lembra que, apesar de o Congresso Nacional ter aprovado, em 2006, a Lei 11.300 – Lei da Minirreforma Eleitoral – para coibir excessos na propaganda eleitoral, na qual havia um dispositivo que proibia a divulgação de pesquisas nos 15 dias anteriores ao dia do pleito, tal norma foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em setembro de 2006, por ferir a liberdade de expressão e acabou não sendo aplicada às eleições daquele ano.

Alvaro Dias propõe abertura de caixas-pretas

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) reapresentou ontem projeto de lei que obriga a publicação, no *Diário Oficial*, das “conclusões do relatório” das chamadas caixas-pretas (registradores de dados de voo) de aeronaves civis acidentadas. A publicação se daria até 15 dias após o fim da investigação oficial sobre o acidente. Para o senador, que reassumiu seu mandato ontem após licença médica, a população tem o direito de conhecer informações que auxiliem na definição das causas de acidentes aéreos. O projeto deve ser lido na próxima sessão plenária, quando será numerado.

Em 2000, Alvaro Dias apresentou projeto com o mesmo



Alvaro Dias reapresenta projeto para “resguardar interesse da sociedade”

teor (PLS 91/00), que foi aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e enviado à Câmara

dos Deputados em agosto de 2001. Entretanto, os deputados federais decidiram pelo arquivamento do projeto no final de 2004.

Na justificativa do projeto reapresentado, Alvaro Dias afirma que os recentes desastres aéreos no Brasil sinalizam para “a necessidade da aprovação do referido projeto, a fim de resguardar os interesses da sociedade”, inclusive dos familiares de vítimas de acidentes aéreos.

Para o senador, o projeto vai proporcionar “maior transparência das investigações e terá repercussão positiva sobre a redução dos acidentes e a confiança dos usuários efetivos e potenciais”.

Conselho de Ética aguarda resultado da perícia da Polícia Federal nos documentos apresentados pelo presidente do Senado. Renan poderá ser ouvido

Almeida Lima garante que Renan prestará depoimento

Ao término da primeira reunião da comissão de investigação que analisa o processo de quebra de decoro parlamentar pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL) no Conselho de Ética após o recesso de julho, o senador Almeida Lima (PMDB-SE), um dos relatores, disse à imprensa que “a oitiva com o presidente Renan é ponto pacífico”.

A comissão, formada pelos relatores Almeida Lima, Renato Casagrande (PSB-ES), Marisa Serrano (PSDB-MS) e pelo presidente do colegiado, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), fez um levantamento de todos os dados colhidos até o momento e decidiu dedicar os próximos dias à análise da documentação enviada por diversos órgãos durante o recesso para a averiguação das informações prestadas pelo presidente do Senado em sua defesa.

Renan Calheiros é acusado de ter despesas pagas por um funcionário da construtora Mendes Júnior. O senador alega, no entanto, que cobriu a pensão da jornalista Mônica Veloso, com quem tem uma filha, com recursos advindos de operações de compra e venda de gado.

O colegiado ainda não sabe quando ouvirá o presidente do Senado, mas, segundo Renato Casagrande, será necessário aguardar a conclusão da perícia que a Polícia Federal realiza nos documentos apresentados pelo senador. A perícia deverá ser concluída até o dia 15 de agosto. Outras oitivas, no entanto, poderão ser realizadas antes. Casagrande informou que o cronograma das atividades do Conselho de Ética será definido na próxima semana.

Os relatores pretendem ouvir a jornalista Mônica Veloso. O senador Almeida Lima disse acreditar que também seria importante convidar o jornalista

Policarpo Júnior, responsável pela matéria da revista *Veja* que deu início ao processo de investigação.

Nova versão

Os relatores foram provocados pela imprensa a opinar sobre o fato de o senador Renan Calheiros ter alegado, nos últimos dias, que, na verdade, vendeu bois para o frigorífico Mafrial, de Maceió, quando teria apresentado ao Conselho de Ética notas fiscais e recibos que comprovariam operações de venda para outras empresas.

– A perícia da Polícia Federal vai estabelecer o que é correto e o que não é. A partir desse momento é que poderemos fazer a avaliação dessa tese nova apresentada, que não tinha sido ainda avaliada por nós – disse Renato Casagrande.

Depoimento

“Estou pronto, como sempre estive, para demonstrar com provas, e não com discursos ou palavras, de que lado está a verdade, quem é o inocente e quem é a vítima nessa questão.” O presidente Renan Calheiros fez essa afirmação à imprensa instantes após assegurar que está disposto a depor no Conselho de Ética ou onde for necessário para mostrar que é infundada a acusação de que parte de suas despesas pessoais teriam sido pagas por Cláudio Gontijo, funcionário da Construtora Mendes Júnior.

Renan disse confiar que os senadores, ao analisarem o seu caso, se basearão nas provas apresentadas. Ele comentou que é isto que a população brasileira quer e a democracia exige. O presidente do Senado acrescentou que se for necessário ele poderá apresentar outros documentos para que não parem dúvidas sobre sua inocência.

– O que eu quero é que a verdade venha à tona – enfatizou Renan.



Marisa Serrano (E), Leomar Quintanilha, Almeida Lima e Renato Casagrande discutem decisões referentes à representação contra Renan

Demostenes e Tuma querem aguardar resultado da perícia

A perícia que está sendo realizada pela Polícia Federal na contabilidade dos negócios do presidente do Senado, Renan Calheiros, será a prova mais importante para que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tenha condições de emitir parecer sobre o processo que Renan enfrenta no colegiado por suposta quebra de decoro parlamentar. A opinião é de dois membros do colegiado – Demostenes Torres (DEM-GO) e Romeu Tuma (DEM-SP) –, este último na condição de corregedor do Senado.

Renan responde a processo que se originou de representação protocolada pelo PSOL no Conselho de Ética, baseada em denúncia da revista *Veja* de que Cláudio Gontijo, funcionário da empresa Mendes Júnior, teria pagado pensão à filha que o senador tem com a jornalista Mônica Veloso e o aluguel de

uma casa onde as duas moravam. A pedido do conselho, a Polícia Federal está fazendo uma perícia para comprovar a legalidade dos documentos apresentados por Renan e pelas empresas que teriam realizado transações de compra e venda de gado de propriedade do senador, a fim de atestar a capacidade financeira do parlamentar para arcar com suas despesas particulares.

Em entrevista dada ontem à Agência Senado, Demostenes e Tuma afirmaram que não descartam a utilização de outras informações para o conselho poder concluir seus trabalhos, tais como uma acareação entre Mônica e Cláudio Gontijo ou ainda o depoimento do próprio Renan. No entanto, os dois parlamentares enfatizaram que a perícia da Polícia Federal é a prova técnica fundamental nesse caso.

– A perícia por si só responde se houve quebra de decoro parlamentar. O Renan pode até – se quiser – falar por último, mas eu prefiro esperar o resultado da perícia – declarou Demostenes.

Com relação à realização de uma acareação entre Mônica e o funcionário da Mendes Júnior, Demostenes acredita que somente deverá ocorrer se for mesmo necessária para tirar alguma dúvida importante e, mesmo assim, utilizada apenas como informação complementar.

Já na opinião de Romeu Tuma, que esteve ontem com o diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, para se inteirar do andamento da perícia, seria interessante ouvir o depoimento de Mônica Veloso, pois, segundo lembrou, até agora somente Cláudio Gontijo foi ouvido pelo Conselho de Ética.

Marisa Serrano volta a defender oitiva do senador

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), um dos relatores do processo por quebra de decoro parlamentar contra o senador Renan Calheiros no Conselho de Ética, voltou a defender ontem a tomada de depoimento do presidente do Senado, assim que a Polícia Federal finalizar a perícia nos documentos apresentados por ele para justificar os recursos utilizados no pagamento de pensão à jornalista Mônica Veloso. Em sua defesa, Renan alegou que os recursos provieram de operações de compra e venda de gado.

– O depoimento de Renan é muito importante. Ele tem dito reiteradas vezes que gostaria de

ser ouvido pela nossa comissão. Eu acredito que é importante que ele possa comparecer para tirar dúvidas – disse a senadora.

Segundo Marisa, todos os documentos necessários à conclusão da perícia foram enviados à Polícia Federal durante o recesso parlamentar. Os resultados serão encaminhados ao conselho entre os dias 14 e 15 de agosto, conforme informou. O colegiado teria, então, acrescentou a senadora, 15 dias para finalizar e votar o relatório.

Antes, porém, Marisa Serrano disse considerar importante ouvir também a jornalista Mônica Veloso, ainda que “reservadamente”.

– Até hoje, Mônica não nos

enviou resposta ao ofício pedindo que ela demarcasse como recebia os recursos, em que local e se era em espécie ou em cheque – assinalou.

Nova representação

A senadora informou ainda que para a nova representação que o PSOL protocolou ontem contra o senador Renan Calheiros – dessa vez, para investigar a denúncia de que o senador teria atuado para beneficiar a Schincariol após a cervejaria ter adquirido uma empresa de seu irmão, deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL) – o Conselho de Ética terá que abrir um outro processo, com a designação de outro relator, ou relatores.



Heloísa Helena (C) entrega documento à secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra

PSOL protocola mais uma representação contra Renan

O PSOL protocolou, ontem, na Secretaria Geral da Mesa do Senado, nova representação contra o senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Dessa vez, o partido quer que sejam investigadas as relações da família Calheiros com a cervejaria Schincariol, conforme matéria publicada pela revista *Veja*, em 11 de julho, e ainda as denúncias a respeito de uma suposta apropriação ilegal de área rural em Muriçá (AL).

— É uma solicitação de abertura de procedimento investigatório para avaliar indícios relevantes de crime contra a administração pública, tráfico de influência, intermediação de interesse privado, exploração de prestígio e abuso das prerrogativas asseguradas aos parlamentares em várias áreas — explicou a presidente do PSOL, a ex-senadora Heloísa Helena.

De acordo com a representação, a Conny Indústria e Comércio de Sucos — empresa do deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL), irmão do senador — foi vendida à Schincariol por R\$ 27 milhões, quando seu preço de mercado não chegava a R\$ 10 milhões. Baseada na revista, a representação diz ainda que a cervejaria foi a principal financiadora da campanha dos deputados Olavo e Renildo Calheiros (também

irmão de Renan), com doação de R\$ 200 mil a cada um. De acordo com a representação do PSOL, o senador teria intercedido em favor da Schincariol em problemas com a Polícia Federal, o INSS e a Receita Federal.

Outro pedido de investigação diz respeito à acusação de que Renan teria se apropriado, como “grileiro”, de área rural supostamente de propriedade de Genival Mendes de Melo, utilizando, como “laranja”, Dimário Calheiros, seu primo.

“As graves denúncias, além de constituírem indícios da prática de atividades não lícitas pelo senador no âmbito de órgãos da União e do Senado, envolvendo empresas e pessoas concessionárias do poder público e interesses de empresas privadas com contratos com o poder público, são atitudes que supostamente desprestigiariam o Senado e seus membros”, diz o texto.

A representação agora será encaminhada à Mesa, que terá até 15 dias úteis para se pronunciar sobre a admissibilidade ou o arquivamento do processo. O processo é definitivamente instaurado a partir da notificação do acusado. Na Câmara, o partido protocolou outras duas representações: contra Olavo Calheiros e Paulo Magalhães (DEM-BA).

Senador considera-se impedido para analisar nova representação

O presidente do Senado, Renan Calheiros, divulgou nota à imprensa informando considerar-se impedido de analisar a representação contra ele apresentada ontem pelo PSOL.

Ele repassou ao 1º vice-presidente da Casa, senador Tião Viana (PT-AC), a responsabilidade para decidir o que fazer diante da representação, que pede instauração de processo disciplinar

para averiguar se Renan quebrou o decoro parlamentar.

“A representação ora encaminhada à Mesa mostra, uma vez mais, o caráter eleitoral deste episódio como uma disputa política de Alagoas”, afirma Renan Calheiros na nota, provavelmente se referindo ao fato de a representação ter sido assinada pela presidente do PSOL, a alagoana Heloísa Helena.

Audiências nas comissões de Ciência e Tecnologia e Relações Exteriores, em datas a serem definidas, vão debater propostas para solucionar uma possível crise energética

Senado discute o uso da energia nuclear como fonte de eletricidade

A utilização da energia nuclear tem sido discutida no Senado como alternativa para solucionar uma possível crise energética brasileira. Os senadores Marco Maciel (DEM-PE), Augusto Botelho (PT-RR) e Valdir Raupp (PMDB-RO) já se manifestaram favoráveis ao uso dessa forma de energia, e as comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vão debater o tema em audiências públicas, em datas a serem ainda definidas.

Augusto Botelho, representando a CCT, visitou, no final de junho, o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), que realiza pesquisas sobre energia nuclear e enriquecimento de urânio. O senador defende a realização de investimentos no programa nuclear brasileiro e, para isso, ressalta a necessidade de haver maior volume de recursos no Orçamento da União destinados a essa finalidade. Ele lembrou que o Brasil possui uma das maiores reservas de urânio do mundo e afirmou que os procedimentos da Marinha em relação à energia nuclear são seguros.

Mais investimento na geração de energia nuclear também foi defendido por Marco Maciel. Ele destacou, em discurso no Plenário, que o déficit energético se constitui um dos principais obstáculos ao crescimento econômico do país e que, em sua opinião,



Para Maciel, déficit energético é obstáculo ao crescimento econômico do país

essa alternativa energética pode resolver a questão. Maciel ressaltou ainda que a energia nuclear é uma das fontes mais limpas de energia, e que seu manejo tem se tornado mais seguro nas últimas décadas, apesar de ainda haver preconceitos.

Já para Valdir Raupp, a dificuldade para concessão de licenças ambientais para construção de hidrelétricas pode ser superada com a adoção da alternativa energética nuclear. Na sua opinião, usinas nucleares são ambientalmente mais limpas do que as termelétricas a diesel e a carvão, mas exigem maiores investimentos.

Fonte energética

A forma de fissão nuclear do urânio é a principal aplicação civil da energia nuclear, com a vantagem de não utilizar combustíveis fósseis, que lançam gases tóxicos na atmosfera e contribuem com o aumento do efeito estufa. Esse tipo de energia é a terceira fonte



Augusto defende mais recursos orçamentários para o programa nuclear

energética mais utilizada no mundo, segundo informações da Indústrias Nucleares do Brasil (INB) — empresa de economia mista subordinada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. No Brasil, a energia nuclear é a segunda fonte de energia gerada (3%), sendo a hidrelétrica a primeira (93,5%). Em terceiro lugar vem o petróleo (1,3%), seguido pelo carvão (1,2%) e pelo gás (1%), de acordo com a Agência Internacional de Energia Atômica.

O Brasil possui — ainda conforme a INB — a capacidade de geração de 1.855 megawatts de energia nuclear em suas duas unidades em operação — Angra 1 e Angra 2. O Conselho Nacional de Política Energética aprovou, em junho, a construção da usina nuclear Angra 3, que deve custar cerca de US\$ 3,7 bilhões e tem previsão de ser concluída em 2013. A decisão precisa ainda ser ratificada pelo presidente da República.

Projeto de Maria do Carmo obriga motéis a fornecerem preservativos

Os motéis poderão ficar obrigados a fornecer gratuitamente a seus clientes preservativos e folhetos educativos sobre doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). A proposta, da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), será apreciada terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais. A relatora é Ideli Salvati (PT-SC).

De acordo com o projeto (PLS 270/07), os motéis fornecerão, no mínimo, um preservativo por casal, que poderá optar por modelo masculino ou feminino. A forma e o conteúdo do folheto educativo

serão definidos posteriormente por meio de um regulamento.

As penas para o descumprimento da determinação são de advertência, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para seu funcionamento, cancelamento do alvará de licenciamento e proibição de propaganda.

“A aprovação do projeto apresentará um grande estímulo ao uso do preservativo, uma vez que sua distribuição gratuita será acompanhada por folheto educativo sobre a prevenção das DSTs. É importante ressaltar que



Maria do Carmo propõe que também sejam distribuídos folhetos sobre DSTs

diversas unidades da Federação já aprovaram leis com disposições semelhantes a esse projeto. Ao propormos a edição de norma de alcance nacional, nosso objetivo é estender seus benefícios à população de todo o país”, explica Maria do Carmo.



Geada/Agência

Projeto de Serys homenageia enfermeira baiana que esteve na Guerra do Paraguai

Serys quer o nome de Ana Néri no Livro dos Heróis da Pátria

Projeto de autoria da senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) inclui o nome de Ana Néri no Livro dos Heróis da Pátria, exposto no Panteão da Pátria Tancredo Neves, em Brasília. Se a iniciativa for aprovada, Ana Néri será a primeira mulher a figurar na lista de dez personalidades homenageadas com a gravação de seu nome no livro, em que constam Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes; dom Pedro I; Santos Dumont; e Zumbi dos Palmares.

Primeira enfermeira brasileira, Ana Justina Ferreira Néri nasceu na vila baiana de Cachoeira do Paraguaçu, em 13 de dezembro de 1814. Com a convocação de seus filhos e irmãos para a Guerra do Paraguai, ela resolveu servir como voluntária durante os conflitos. No decorrer da guerra, perderia um filho e um sobrinho.

Por quase cinco anos Ana Néri tratou de feridos do Exército Brasileiro em diversas frentes de conflito, passando por Corrientes, Salto, Humaitá, Curupaiti e pela capital paraguaia, Assunção.

– Diante dessa história de heroísmo e dedicação, espero contar com o apoio dos nobres colegas parlamentares a este projeto de lei – afirma a senadora na justificativa da proposta (PLS 294/07).

Serys Shlessarenko também é autora de projeto (PLS 296/07) propondo que o Livro dos Heróis da Pátria passe a se chamar Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Instituição proposta por senador seria responsável pela formação rigorosa de pessoal para o combate à violência e pela uniformização dos currículos das academias, entre outros objetivos

Casagrande propõe escola de alto nível para a segurança pública

A União poderá vir a criar a Escola Nacional de Segurança Pública e Proteção Social, uma autarquia para tratar dos problemas da violência e da crise do sistema de segurança pública no Brasil. Projeto de iniciativa do senador Renato Casagrande (PSB-ES) concedendo autorização à União para criar a entidade encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa.

Na justificativa do projeto (PLS 372/07), o senador salienta que a segurança pública precisa ser entendida como um processo interdisciplinar, que envolve corporações policiais, o Poder Judiciário, o Ministério Público, organizações da sociedade e autoridades fazendárias, bem como as de planejamento e de ciência e tecnologia. Na opinião de Casagrande, o assunto deve ser



J.Freitas

Projeto de Casagrande assegura autonomia financeira à entidade

abordado como política de Estado e não de governo, uma vez que as sucessivas administrações, por pertencerem a partidos diferentes, podem dificultar a continuidade de programas implementados em gestões anteriores.

A proposta apresenta 19 objetivos, entre os quais a formação rigorosa e científica de servidores

que trabalham com segurança pública; a uniformização dos programas e currículos das academias para possibilitar entendimento nacional em relação aos conceitos e ações para a área; o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas, bem como o aprimoramento na utilização de novas tecnologias e equipamentos por parte dos profissionais.

O estudo e o oferecimento de propostas visando à solução de problemas relacionados à violência e à desigualdade social também estão entre os objetivos do projeto. Casagrande esclarece que a proposta atribui natureza autárquica à escola a fim de “assegurar vida financeira mais sólida, sem os percalços dos contingenciamentos”, além de autonomia e controle das metas da instituição.

Projetos ampliam apoio às pessoas com deficiência

As comissões do Senado deverão votar no segundo semestre, em decisão terminativa, vários projetos apresentados este ano que têm por objetivo facilitar a vida das pessoas com deficiência física. Um deles, de autoria do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), permite a utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) por portadores de deficiência auditiva que freqüentarem cursos e exames de habilitação de condutor (PLS 262/07).

Outras três proposições destinam-se às pessoas com deficiências visuais: o PLS 257/07, de

iniciativa da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), em exame na CCJ, obriga a implantação de semáforo equipado com dispositivo de sinal sonoro nas imediações de estabelecimentos de assistência destinados a essas pessoas, inclusive centros de ensino especial.

Outra proposta, o PLS 285/07, de autoria de Valdir Raupp (PMDB-RO), também na CCJ assegura àqueles com deficiência visual, durante a eleição, o uso de fone de ouvido ou outro instrumento apto a informar-lhe, reservadamente, a opção escolhida, para que seja garantido o direito constitucional de sigilo no

voto eletrônico.

Já o PLS 339/07, de Papaléo Paes (PSDB-AP), que se encontra na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, permite a inclusão das anormalidades decorrentes da visão monocular que gerem incapacidade ao desempenho de atividade do padrão considerado normal para o ser humano entre as que caracterizam deficiência visual.

O senador argumenta que a transformação do seu projeto em norma legal “desobrigará a pessoa que possui limitação causada por essa anomalia de ter de recorrer ao Judiciário para granjear direito que possui”.



Roosevelt/Thaio

Expedito Júnior diz que estão se tornando comuns sites para caluniar autoridades

Crime contra honra pela internet pode ter punição maior

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai votar, em decisão terminativa, projeto que prevê aumento de pena para crimes contra a honra praticados pela internet. A proposta, de iniciativa do senador Expedito Júnior (PR-RO), estabelece que a autoridade policial deverá, no momento da comunicação do crime, acessar o sítio indicado e imprimir o material ofensivo, lavrando o termo em que certificará a consumação do delito.

O projeto (PLS 398/07) prevê aumento da pena de um terço para esse tipo de crime. Com a impressão do material ofensivo pela autoridade policial, conforme o senador, de nada adiantará ao infrator retirar o site do ar para dificultar a produção da prova, e também não terá validade a alegação de que o material foi forjado.

Segundo Expedito Júnior, está se tornando comum “a criação de sites de pseudojornalistas com o objetivo de caluniar, difamar ou injuriar autoridades públicas e outras personalidades e destruir sua reputação”.

– Isso mostra como a internet pode ser utilizada como verdadeiro instrumento do crime. As repercussões sobre a honra, subjetiva e objetiva, são inquestionáveis, na medida em que milhares de pessoas podem acessar as informações caluniosas ou difamantes e retransmiti-las, numa cadeia sem fim – diz o parlamentar.



Roosevelt/Thaio

É preciso tornar realidade a Lei do Livro e da Leitura, argumenta Neuto de Conto

Neuto de Conto pede a criação de fundo para incentivar leitura

Encontra-se em análise na Comissão de Educação (CE) projeto de lei de autoria do senador Neuto de Conto (PMDB-SC) que cria o Fundo Nacional de Apoio a Bibliotecas (Funab). De acordo com a proposição, que já recebeu parecer favorável do relator, Marco Maciel (DEM-PE), a construção e o equipamento de bibliotecas públicas, bem como

de suas coleções e acervos, poderão ser totalmente financiados com recursos do novo fundo.

O Funab deverá se tornar um dos principais mecanismos de implementação da Lei 10.753/03, conhecida como Lei do Livro e da Leitura. Os recursos, conforme a proposta, serão constituídos por doações, legados, subvenções e auxílios de

entidades de qualquer natureza, inclusive organismos internacionais, além de reembolso de operações de empréstimos realizadas por meio do fundo e do resultado de aplicações em títulos públicos federais.

– Essa lei foi instituída com o objetivo de estimular projetos de incentivo ao livro e à leitura. Nela estão previstos diversos

mecanismos de promoção de ações de leitura, formação de acervos e criação e manutenção de bibliotecas. Entretanto, faz-se necessário tornar realidade essa política com o aporte de recursos – observa o senador. Na justificativa da proposta, Neuto de Conto lamenta a falta do hábito da leitura de livros pela população brasileira.



Flávio Arns quer evitar a interrupção do tratamento por interesse do financiador

Roseane Sarney

Voluntários de pesquisa de novos medicamentos poderão ter remédio de graça

Instituições de pesquisa e empresas dedicadas à produção de um novo medicamento poderão ser obrigadas a fornecê-lo, gratuitamente, a voluntários de seus experimentos. A proposta é do senador Flávio Arns (PT-PR) e será discutida pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Ciência e Tecnologia (CCT), cabendo, a esta última, votá-la

em decisão terminativa.

Pelo projeto (PLS 396/07), essa obrigatoriedade alcançará a instituição pesquisadora durante todo o estudo, estendendo-se até a efetiva comercialização do novo medicamento. Já o fabricante assume essa responsabilidade quando o produto estiver sendo comercializado.

Quem descumprir essas regras

ficará temporariamente impedido de participar de licitações, e ainda estará sujeito a multa. O projeto estabelece também que os valores das multas deverão ser revertidos em benefício dos voluntários da pesquisa e ajudar a financiar a compra de medicamentos de alto custo pelo Ministério da Saúde. Outro objetivo da proposta é tornar obrigatória

a divulgação desse tipo de pesquisa, esteja ela concluída ou interrompida, e com resultados positivos ou negativos.

“Estou convicto de que o que proponho beneficiará os sujeitos de pesquisas, ao evitar que um tratamento que se mostrou bem sucedido seja interrompido por interesse exclusivo do financiador do projeto”, afirma Arns.

Valdir Raupp propõe incluir carne suína na política de preços mínimos

Os senadores vão votar, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), projeto que inclui a carne suína na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Pela proposta, de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), deverão ser beneficiários os pequenos e médios produtores rurais e cooperativas. Depois do exame na CRA, a matéria será votada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em decisão terminativa.

O projeto (PLS 348/07), relatado na CRA pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), estabelece que a PGPM compreende o apoio à comercialização da carne suína nos termos do Decreto-Lei 79/66 e da Lei 8.427/92. O decreto institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários, enquanto a lei dispõe sobre a concessão de subvenção



Célio Azevedo

Raupp: aprovação do projeto permitirá o estímulo ao consumo da carne no país

econômica nas operações de crédito rural.

Ao justificar a matéria, Raupp diz que a garantia do preço mínimo é necessária ao suinocultor e às cooperativas para permitir o pagamento da diferença entre aquele e o preço de mercado. A aprovação do projeto, explicou o senador, trará benefícios para o suinocultor e também para a sociedade, uma vez que permitirá o estímulo ao consumo de carne suína em outras regiões do país.

Proposta de Marconi Perillo homenageia Sociedades Pestalozzi

A Comissão de Educação (CE) deve votar, em decisão terminativa, projeto de lei (PLS 343/07) do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) que institui o Dia do Movimento Pestalozziano no Brasil, a ser comemorado, anualmente, no dia 26 de outubro. Foi nessa data, no ano de 1925, que nasceu o movimento no país.

Para o senador, as Sociedades Pestalozzi vêm difundindo um trabalho relevante na educação de crianças carentes, portadoras de deficiência ou com dificuldades de aprendizagem. Por isso, disse, são reconhecidas como pólos difusores de inclusão social pela educação, saúde e capacitação para o pleno exercício da cidadania.

Marcha para Jesus

Também em decisão terminati-



Janete Araújo

Marconi: Dia do Movimento Pestalozziano pode ser comemorado em 26 de outubro

va, a CE deve votar projeto (PLS 376/07) do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que institui o Dia Nacional da Marcha para Jesus, a ser comemorado 60 dias após o domingo de Páscoa. Segundo Crivella, o objetivo da proposta é promover a manifestação pública da fé cristã em todo país.

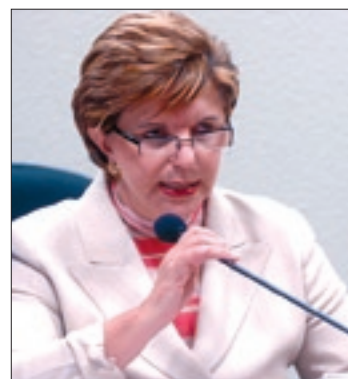
Empresa que apoiar idoso pode pagar menos contribuição social

Proposta de Lúcia Vânia institui programa com objetivo de promover a criação de postos de trabalho para pessoas com mais de 60 anos e preparar trabalhadores para a aposentadoria

Com o objetivo de ajudar a inserir o idoso no mercado de trabalho e preparar trabalhadores para a aposentadoria, tramita nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) um projeto de lei da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que institui o Programa Melhor Idade.

De acordo com a proposta (PLS 393/07), o programa irá promover a criação de postos de trabalho para idosos com mais de 60 anos de idade, mediante benefícios às empresas, e preparar, com um ano de antecedência, trabalhadores para a aposentadoria, por meio de estímulo a novos projetos sociais e de esclarecimento sobre direitos e cidadania.

As empresas que aderirem ao programa serão beneficiadas com redução de 50% do valor dos contratos, nas alíquotas das



Célio Azevedo

Lúcia Vânia afirma que capacidade do idoso tende a se estender cada vez mais

contribuições sociais destinadas ao Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Social do Transporte (Sest), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Se-

nat), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), bem como salário-educação e financiamento do seguro de acidente do trabalho.

Em sua justificativa, Lúcia Vânia observa que, por mais que esse tipo de estímulo às empresas denote uma atitude paternalista do Estado, continua sendo imprescindível na realidade brasileira, “onde ainda há pouco comprometimento do empresariado com causas de inclusão social”.

– Mais importante ainda é a cultura que poderá advir dessa nova prática: maior aceitação do idoso no mercado de trabalho e maior valorização da sua capacidade laboral que, no mundo de hoje, tende a se estender cada vez mais – assinala a parlamentar por Goiás.

Projeto de Roseana disciplina serviços de telemarketing

Coibir abusos e fraudes nos serviços oferecidos por meio de ligações telefônicas. Esse é o objetivo de projeto apresentado pela senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) para aprimorar as práticas de telemarketing e implementar o Registro Nacional de Chamadas, que reunirá o número dos telefones daqueles que não desejarem ser importunados com os mais variados tipos de ofertas.

A proposta (PLS 243/04), que tramita na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), tem como relator o senador Renato Casagrande (PSB-ES), que requereu a tramitação conjunta da matéria com o PLS 123/07, do senador

Expedito Júnior (PR-RO), por tratarem do mesmo assunto.

O projeto de Expedito Júnior dispõe sobre a oferta de bens ou serviços e a solicitação de donativos de qualquer espécie por meio de chamadas telefônicas. Casagrande defende a rejeição da proposta de Expedito e a aprovação do projeto de Roseana, na forma do substitutivo que apresentará. A matéria também irá a exame da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde será analisada em decisão terminativa.

O projeto de Roseana veda a divulgação de informações falsas, imprecisas, enganosas, fraudulentas ou ambíguas nas atividades,



José Luiz

Roseana quer coibir abusos e fraudes nos serviços oferecidos por ligações telefônicas

serviços e práticas de telemarketing. Esse tipo de ocupação é definido pelo projeto como o programa ou campanha em que a intenção seja induzir a compra de bens e serviços, ou coleta de donativos, mediante ligações telefônicas para residências particulares, sem consulta, aviso ou autorização prévia.

Iniciativas que autorizam o Poder Executivo a instituir áreas de livre comércio em vários estados encontram-se na Comissão de Desenvolvimento Regional

Projetos criam 24 zonas de processamento de exportação

Para reduzir desigualdades regionais, vários senadores apresentaram projetos de lei criando zonas de processamento de exportação (ZPEs) em regiões menos desenvolvidas de seus estados. Nesta sessão legislativa, o número de propostas com tal objetivo já chega a 24 (veja quadro).

O senador José Vicente Claudino (PTB-PI), por exemplo, propõe a criação de ZPEs nos municípios de Picos e Floriano; já o senador José Maranhão (PMDB-PB), em Cabedelo, enquanto Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) quer uma zona de processamento de exportação em Boa Vista e Sérgio Zambiasi (PTB-RS), em Uruguaiana.

As propostas estão em tramitação na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), devendo, posteriormente, seguir para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em regime de decisão terminativa.

Segundo João Vicente Claudino, autor dos PLSs 379 e 380, ambos de 2007, o município de Picos é uma região rica em calcá-



O progresso alcançado pelo Amazonas com a Zona Franca de Manaus é um dos argumentos dos senadores em defesa das propostas

SUFRAMA/Divulgação

rio, mármore, caulim, argila refratária, tabatinga, granito e outros minerais, e Floriano já dispõe de pólos de indústria farmacêutica e de bioenergia.

Na justificativa dos projetos, o senador pelo Piauí destaca que a criação das ZPEs, que gozam de regime aduaneiro e cambial especial, favoreceria a instalação de empresas para explorar essas riquezas minerais e energéticas, gerando empregos e renda indispensáveis para garantir a

melhoria das condições de vida das populações locais.

Desenvolvimento

Para Mozarildo Cavalcanti, a criação de uma ZPE na capital de Roraima, Boa Vista (PLS 397/07), poderá dar ao estado os mesmos benefícios e oportunidades de desenvolvimento que a Zona Franca de Manaus trouxe para o Amazonas.

O senador Sérgio Zambiasi, ao propor uma zona de proces-

samento de exportação em Uruguaiana (PLS 382/07), argumenta que o índice de desenvolvimento humano (IDH) do município é bem inferior ao do estado, “demonstrando que a região requer maior apoio governamental para seu pleno desenvolvimento”.

Zambiasi lembrou que o Congresso Nacional aprovou recentemente uma legislação para aperfeiçoar o funcionamento dessas áreas de livre comércio, ao prever mecanismos de desenvolvimento industrial e de geração

de emprego e renda equivalentes aos existentes em 3 mil ZPEs em 116 países do mundo. O senador mencionou especialmente a China, onde o empreendimento representou relevante instrumento para obtenção das altas taxas de crescimento de sua economia nos últimos anos.

Acesso fácil

Para o senador José Maranhão, o município paraibano de Cabedelo apresenta condições adequadas à instalação de uma área de livre exportação por ter um porto com terminal ferroviário e bons acessos rodoviário, fluvial e marítimo, bem como armazéns, pátios de estocagem e outras instalações que precisariam apenas de pequenas melhorias para se adequarem às necessidades de uma zona de processamento de exportação.

Por essas razões, o parlamentar apresentou o PLS 381/07, propondo a criação de uma ZPE naquele município da Paraíba, cuja área de influência abrange, também, os estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Propostas são de caráter autorizativo

A competência para instituir zonas de processamento de exportação é do Poder Executivo. Por esse motivo, as proposições dos senadores apenas autorizam a sua criação. Legalmente, existem no país 17 ZPEs.

Também tramitam na Comissão de Desenvolvimento Regional propostas com o mesmo objetivo de autoria de José Sarney (PMDB-AP), Cícero Lucena (PSDB-PB), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Roseana Sarney (PMDB-MA), Valdir Raupp (PMDB-RO), Paulo Paim (PT-RS), Jayme Campos (DEM-MT) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

PLS 234/07 – Autora: Roseana Sarney
Local: Barreirinhas (MA)
População: estimada em 45 mil habitantes

PLS 235/07 – Autora: Roseana Sarney
Local: Imperatriz (MA)
População: 232 mil habitantes

PLS 254/07 – Autora: Roseana Sarney
Local: Rosário (MA)
População: 35 mil habitantes

PLS 377/07 – Autora: Roseana Sarney
Local: Bacabeira (MA)
População: 11.395 habitantes

PLS 380/07 – Autor: João Vicente Claudino
Local: Floriano (PI)
População: mais de 56 mil habitantes

PLS 349/07 – Autor: Valdir Raupp
Local: Guajará-Mirim (RO)
População: 42 mil habitantes

PLS 350/07 – Autor: Valdir Raupp
Local: Ji-Paraná (RO)
População: 113 mil habitantes

PLS 351/07 – Autor: Valdir Raupp
Local: Porto Velho (RO)
População: 380 mil habitantes

PLS 352/07 – Autor: Valdir Raupp
Local: Vilhena (RO)
População: 65 mil habitantes

PLS 394/07 – Autora: Lúcia Vânia
Local: Anápolis (GO)
População: 318 mil habitantes

PLS 361/07 – Autor: Sérgio Zambiasi
Local: Santana do Livramento (RS)
População: em torno de 100 mil habitantes

PLS 397/07 – Autor: Mozarildo Cavalcanti
Local: Boa Vista (RR)
População: 249 mil habitantes

PLS 415/07 – Autor: Jayme Campos
Local: Barra do Garças (MT)
População: 56 mil habitantes

PLS 357/07 – Autor: Flexa Ribeiro
Local: Santarém (PA)
População: mais de 381 mil habitantes

PLS 356/07 – Autor: Flexa Ribeiro
Local: Marabá (PA)
População: mais de 200 mil habitantes

PLS 418/07 – Autor: Cícero Lucena
Local: Campina Grande (PB)
População: 379 mil habitantes

PLS 395/07 – Autora: Lúcia Vânia
Local: São Simão (GO)
População: 15 mil habitantes

PLS 364/07 – Autor: Paulo Paim
Local: região do Vale do Rio dos Sinos (RS)
População: mais de 1,25 milhão de habitantes

PLS 366/07 – Autor: Paulo Paim
Local: região norte do Rio Grande do Sul

PLS 306/07 – Autor: José Sarney
Local: Macapá e Santana (AP)
População: 368 mil (Macapá) e 101 mil (Santana)

PLS 381/07 – Autor: José Maranhão
Local: Cabedelo (PB)
População: mais de 53 mil habitantes

PLS 382/07 – Autor: Sérgio Zambiasi
Local: Uruguaiana (RS)
População: mais de 136 mil habitantes

PLS 391/07 – Autor: Mozarildo Cavalcanti
Local: Rorainópolis e Caracaraí (RR)
População: mais de 44 mil habitantes, somados

PLS 379/07 – Autor: João Vicente Claudino
Local: Picos (PI)
População: mais de 71 mil habitantes